

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.024 - SP (2019/0310940-8)**

<b>RELATOR</b>	<b>: MINISTRO OG FERNANDES</b>
AGRAVANTE	: ALESSANDRA BORGES DE FREITAS
AGRAVANTE	: VIVIANE ANDRÉIA BELLOTTI MASETTI
AGRAVANTE	: RODRIGO SANTOS DE JESUS
AGRAVANTE	: RODRIGO DA SILVA LAURINDO
AGRAVANTE	: RODOLFO FREITAS DA SILVA
AGRAVANTE	: ROBERTO CARLOS ANTONIO
AGRAVANTE	: REGINA DA SILVA BORÉ
AGRAVANTE	: PAULO FERREIRA DOS SANTOS
AGRAVANTE	: PAULO DE JESUS FREITAS DIAS
AGRAVANTE	: MILTON DE FREITAS NUNES
AGRAVANTE	: MARINA RICCHINI PIRES
AGRAVANTE	: MARIA ODACIR SILVEIRA
AGRAVANTE	: MARIA GORETTI NERY SAMPAIO
AGRAVANTE	: MARCELO BANEVICIUS
AGRAVANTE	: LUIZ CARLOS PAVIATTO
AGRAVANTE	: LUCAS TORQUATO DA SILVA
AGRAVANTE	: LILIAN SIMÃO DE ALMEIDA
AGRAVANTE	: JEAN CARLO PAIXÃO RIBEIRO
AGRAVANTE	: JANAINA SANTOS DA SILVA
AGRAVANTE	: FRANCISCO EUGÊNIO DE SOUSA
AGRAVANTE	: ELISANGELA CRISTIANA LOPES BARBOSA
AGRAVANTE	: DANIELA FRIGERI
AGRAVANTE	: CRISTINA MARIA PACHECO
AGRAVANTE	: CRISTINA DIAS THEODORO SILVA
AGRAVANTE	: ANDERSON DA SILVA OLIVEIRA
AGRAVANTE	: ANA PAULA MARTINS DE SOUZA CARVALHO
AGRAVANTE	: ANA LUCIA APARECIDA SILVA
AGRAVANTE	: ANA ALICE PEREIRA DE ALMEIDA DA SILVA
AGRAVANTE	: ALEXANDRE MOREIRA OLIVEIRA
AGRAVANTE	: SUELLY MUTSUMI YAMADA
ADVOGADOS	: RICARDO FALLEIROS LEBRAO - SP126465 LUCAS CAVINA MUSSI MORTATI - SP344044
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: GIORGIA KRISTINY DOS SANTOS ADAD E OUTRO(S) - SP345345

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Suelly Mutsumi Yamada e outros contra decisão que não admitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 247-248):

A apregoada afronta aos artigos 489 e 1022 do Código de Processo Civil não enseja a abertura da via especial porque o acórdão não está desprovido de fundamentação. Deve observar-se que a motivação contrária ao interesse da parte, ou mesmo omissa em relação a pontos considerados irrelevantes pelo decisor, não se traduz em maltrato às normas apontadas como violadas. Ademais, os argumentos expendidos não são suficientes para infirmar as conclusões do v. acórdão combatido que contém fundamentação adequada para lhe dar respaldo, tampouco ficando evidenciado o suposto maltrato às normas legais enunciadas, isso sem falar que rever a posição da Turma Julgadora importaria em ofensa à Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça. Inadmito, pois, o recurso especial com fundamento no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil.

Argumentam os insurgentes que o aresto foi omissivo quanto à matéria suscitada nos embargos de declaração.

Alegam também que o exame da matéria não enseja revisão do acervo fático-probatório. Sustentam que o recurso impugnado objetiva apenas a esmerada aplicação do direito.

Aduzem que a decisão de admissibilidade usurpou a competência do STJ, pois não caberia ao Tribunal *a quo* analisar o mérito do recurso especial manejado.

Por fim, reitera as razões do especial.

É o relatório.

Inicialmente, registro que, em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, "é possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia" (AgRg no Ag 228.787/RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJ 4/9/2000).

Nessa linha, aliás, é o enunciado da Súmula 123 do STJ: "A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais."

Das razões do agravo interposto, verifico que os recorrentes não impugnaram especificamente todos os argumentos da decisão combatida. Deveriam ter refutado especificamente os fundamentos adotados pela Corte local para negar seguimento ao recurso especial, notadamente a incidência da Súmula 7/STJ.

Os agravantes não se desincumbiram de afastar o referido enunciado sumular, não demonstrando a desnecessidade de revisão probatória por meio do devido cotejo entre a tese trazida no recurso especial e o que ficara decidido no acórdão proferido em segunda instância.

À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte interessada infirmar especificamente os fundamentos adotados na origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente apresentar alegações genéricas de inaplicabilidade do óbice invocado.

Aplica-se à espécie a orientação fixada pela Súmula 284/STF: "É inadmissível

o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Ademais, consoante o art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não se conhecerá do agravo em recurso especial que "não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182 DO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O agravo interno não impugnou nenhuma das razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, a aplicação das Súmulas n. 284 do STF e 83 do STJ, ao caso. Incidência da Súmula n. 182 do STJ.

3. Na hipótese em que se pretende impugnar a incidência da Súmula n. 83 do STJ, deveria a parte agravante demonstrar que os precedentes indicados na decisão agravada não se aplicavam ao caso, ou então trazer precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual, o que deixou de fazer.

4. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 885.406/MS, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 3/4/2018)

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. ART. 932, III, DO CPC/2015 E SÚMULA 182/STJ, POR ANALOGIA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85. § 11, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

II. Incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o Recurso Especial, demonstrando o seu desacerto, de

modo a justificar o processamento do apelo nobre, sob pena de não ser conhecido o Agravo (art. 932, III, do CPC vigente). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 704.988/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/09/2015; EDcl no AREsp 741.509/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/09/2015; AgInt no AREsp 888.667/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 18/10/2016; AgInt no AREsp 895.205/PB, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2016.

[...]

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.144.218/PI, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/3/2018, DJe 8/3/2018)

Em idêntica direção, ainda, os seguintes precedentes:

AgInt no AREsp 880.709/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 17/6/2016; AgRg no AREsp 575.696/MG, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 13/5/2016; AgRg no AREsp 825.588/RJ, Quarta Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 12/4/2016; AgRg no REsp 1.575.325/SC, Quinta Turma, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 1º/6/2016; e AgRg nos EDcl no AREsp 743.800/SC, Sexta Turma, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 13/6/2016.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator